

ATA DA 091ª SESSÃO ORDINÁRIA DA  
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA  
REALIZADA EM 09 DE AGOSTO DE 2012  
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Dado Cherem - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Jailson Lima - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Nilso Berlanda - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Silvio Dreveck - Valter Gallina - Volnei Morastoni.

## SUMÁRIO

### Breves Comunicações

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** - Reporta-se às greves no país.

**DEPUTADO DIRCEU DRESCH** - Tece comentários a respeito do julgamento do mensalão no STF.

**DEPUTADO RENO CARAMORI** - Pronuncia-se com relação ao Movimento Tradicionalista Gaúcho em Santa Catarina.

### Partidos Políticos

**DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER** - Aborda problemas da segurança pública.

**DEPUTADO NILSO BERLANDA** - Pede a aprovação de três projetos de sua autoria que tramitam nas comissões.

**DEPUTADO VOLNEI MORASTONI** - Faz relato de um seminário sobre Práticas Integrativas e Complementares do Sistema Único de Saúde.

**DEPUTADO MOACIR SOPELSA** - Reporta-se aos insumos para o agronegócio.

**DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER** - Congratula-se com o deputado Moacir Sopelsa.

**DEPUTADO ALDO SCHNEIDER** - Registra a troca da frota das ambulâncias do Samu.

**DEPUTADO GILMAR KNAESEL** - Analisa o caso do ex-deputado Paulo Stuart Wright.

### **Explicação Pessoal**

**DEPUTADO NEODI SARETTA** - Aborda a situação em que vivem os suinocultores catarinenses.

**DEPUTADO NILSON GONÇALVES** - Parabeniza a professora Valkiria Grun Karnopp.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL, pela rádio ou presente aqui, quero registrar que nesta semana iria fazer uma cobrança ao secretário da Infraestrutura, Valdir Cobalchini, com relação à SC-427, trecho entre Ituporanga e o trevo de Imbuia, que vai até Vidal Ramos, pela situação calamitosa em que se encontra essa rodovia.

Como falei, iria cobrar, mas como me comuniquei com os responsáveis por outros meios, fui informado de que já estão trabalhando nos

remendos daquela rodovia, no sentido de que a situação fique menos grave, porque estava temeroso por demais transitar naquele trecho. Então, desde o começo desta semana já começaram a tapar buracos na SC-427, entre Ituporanga e o trecho de Imbuia.

Na verdade, existe uma obra que vai ligar a cidade de Vidal Ramos à SC-302, no trecho de Alfredo Wagner, passando quase no centro urbano da cidade de Imbuia, em virtude da instalação da Votorantim na cidade de Vidal Ramos, que já está operando, com centenas de caminhões transitando todos os dias, carregados com derivados de cimento, em direção ao porto de Imbituba principalmente. E a rodovia praticamente construída há 40 anos, que não teve nenhuma reforma importante todo esse tempo, agora recebendo carga de caminhões, com certeza começa a desmanchar inteira.

Peço aqui caminhos e solicito ao secretário Valdir Cobalchini que preste atenção que essa equipe que está tapando buracos na SC-427 não saia de lá, porque a cada chuva a situação se agrava novamente. Temos situação em que os carros precisam passar por fora da rodovia, sair da estrada, ir para o acostamento ou talvez até para a roça, para poder transitar naquele trecho da rodovia SC-407.

Então, aquela equipe que está lá precisa ficar de prontidão, de plantão, para retornar a cada chuva, a cada semana, enquanto a rodovia não for concluída e a estrada inteira não for reformada a partir do seu piso, do seu pavimento básico, porque essa é a necessidade: reformular e fazer de novo toda a pavimentação daquele trecho da rodovia, em virtude da carga de caminhões, que agora é diária. Caminhões imensos, pesados, com toneladas e toneladas de cimento, transitando naquela região, colocando em risco a vida da população que utiliza aquela rodovia para ir trabalhar ou mesmo a passeio ou para vir descer o vale de Itajaí em busca de alguns serviços mais especializados.

Então, quero saudar com alegria o fato de que já estão fazendo a recuperação, aquele remendo de

tapa buraco, também necessário, mas que é um paliativo. E que esse trabalho permaneça é um pedido ao secretário Valdir Cobalchini.

Outro registro que quero fazer ainda esta semana é sobre a duplicação da BR-101, especialmente o trecho de Laguna ou, mais precisamente, a ponte.

Vão construir uma ponte de quase R\$ 1 bilhão e mesmo assim poderia dizer que seria possível já terem feito a duplicação ao lado daquela que existe com possivelmente cerca de 10% do valor do dinheiro que irão gastar, dinheiro evidentemente público que será gasto para construí-la, com 3.500m, que vai ao céu e volta, que vai revolucionar o estado de Santa Catarina, se fizerem daquele jeito.

Isso apenas faz cristalizar e fortalecer a tese de que muitas vezes as grandes obras públicas obedecem mais ao anseio e à ganância das empreiteiras do que à necessidade efetiva da população.

Alegam que para o turismo é muito importante, para a lagoa do Imaruí também, mas com certeza o estrago que era para ser feito na lagoa já foi feito quando foi construída a BR-101 e aquele aterramento que deixou lá cento e poucos metros apenas de canal. E abrir agora, segundo especialistas, vai provocar outro impacto diferente. Já aterrar a mesma largura ao lado daquela, tão somente isso, e fazer outra ponte de cento e poucos metros não teria grande impacto ambiental. Mas não, eles vão construir uma ponte de 3.400 metros, que parece que vai ao paraíso e volta. O desenho na propaganda é uma coisa fantástica. Será gasto quase R\$ 1 bilhão, fora os aditivos que possivelmente vão aparecer no caminho. Assim, numa avaliação leiga, diria que, se fosse feita uma duplicação ao lado da que já existe, possivelmente esse gasto ficaria em cerca de 10% do total que se vai gastar.

Portanto, faço apenas esse registro e também esse protesto em relação a esse absurdo.

O último assunto desta semana, que não poderia ficar para a próxima, é sobre a moção que

aprovamos ontem nesta Casa, manifestando à Presidência República, à ministra chefe da Casa Civil e aos ministros do Planejamento e do Trabalho e Emprego apoio às reivindicações dos servidores públicos federais e em favor da abertura de negociação para resolver as questões salariais da categoria. São questões de carreira, de estrutura, de pessoal. E esse é um debate que precisa ser feito pela sociedade.

Outro dia um deputado falava e avaliava o surgimento de tantas greves de servidores públicos federais neste momento, atribuindo talvez a alguma intenção política de setores que se desgarraram dos partidos que compõem o governo federal. Mas com certeza não existe tanta greve e tanta força na greve das tantas categorias em greve por conta dos setores que se desgarraram dos partidos que compõem a base do governo federal.

Até acho que infelizmente e lamentavelmente esses setores não são tão expressivos do ponto de vista político como este parlamentar gostaria que fossem. Não são tão expressivos. As greves não são por razões políticas. Elas são porque temos um processo histórico de sucateamento do serviço público, que começou lá no governo Collor ou até na campanha para a Presidência em 1989, quando Collor veio com aquela cantilena de caça aos marajás. Então de lá para cá tem se construído uma satanização do serviço público e dos servidores públicos. E na prática e na verdade o estado existe e está constituído, é uno, pode se realizar e legitimar-se justamente pela quantidade e qualidade do serviço que presta à população.

O fato de existir esse conjunto enorme de greves neste momento, o que acho positivo, é justamente porque esses trabalhadores estão percebendo que a lógica do governo federal, que é seguida pelos governos estaduais, todos eles, é justamente avançar na perspectiva de precarização dos serviços públicos.

Existe, isto sim, e foi construído também politicamente, por interesses outros, ao longo da história do serviço público brasileiro. E a maioria são trabalhadores e trabalhadoras mal

remunerados. As novas contratações dos últimos anos estão cada vez mais precarizadas.

Falar das universidades federais, por exemplo, os servidores e professores das estaduais públicas são responsáveis por mais de 90% da pesquisa realizada no Brasil. E aí querem que esses professores que são responsáveis por mais de 90% da pesquisa tenham a mesma quantidade de alunos em salas de aula, a mesma proporção professor/aluno, do que as universidades privadas que na verdade só fazem ensino.

Mais de 90% das pesquisas realizadas no Brasil são feitas por professores e técnicos das universidades federais públicas e estaduais. E querem que eles tenham a mesma proporção de alunos por professores do que as universidades privadas que só fazem ensino. São escolões. Aliás, a qualidade de ensino da escola privada depende da pesquisa e da extensão feita na universidade pública. É um absurdo!

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

Com a palavra o deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. Presidente, srs. deputados, todos que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, como líder da bancada do Partido dos Trabalhadores quero falar sobre um fato que está sendo um espetáculo imediático construído em nosso país, que foi batizado de mensalão.

Quero falar sobre isso porque não posso me calar. São sete anos de massacre político ao partido político a que pertencemos.

Agora chegamos ao final do espetáculo, criado pelo Roberto Jefferson, para a grande mídia nacional. Principalmente uma das grandes figuras que têm um crédito extraordinário, o tal de Roberto Jefferson...

Vou ler um trecho que escrevemos sobre esse julgamento político.

(Passa a ler.)

"A denúncia nunca comprovada de que parlamentares eram pagos para votar com o governo, que ganhou o rótulo de 'Mensalão', desde 2005 é propagada mais pelo interesse de fragilizar o governo do PT do que pela substância dos fatos.

O denunciismo sem provas, alimentado por sete anos, já condenou e massacrou a biografia de pessoas históricas do PT, pessoas que lutaram pela democracia brasileira e ajudaram na construção do projeto de desenvolvimento que colocou o Brasil no rumo certo, no caminho do qual hoje o povo brasileiro se orgulha.

O julgamento do caso pelo STF agora, em pleno período eleitoral, não colabora com a imparcialidade que o Judiciário deveria ter.

Defendemos que o caso seja devidamente julgado aos olhos da lei e não de interesses políticos partidários ou vaidades. O papel da Justiça é também o de garantir o direito de defesa e ser imparcial na decisão e não executar julgamentos políticos.

Todos os envolvidos já cumpriram a pena da execração pública. Foram condenados pela mídia antes mesmo de serem julgados, sem possibilidade de apresentar defesa. Mesmo que venham a ser irrefutavelmente inocentados, ainda assim suas vidas estarão para sempre marcadas pelo episódio.

No final se comprovará que não existiu Mensalão e não existiu desvio de dinheiro público, como o *jornal O Globo* já apurou. Basta lembrar que o principal denunciante do caso teve seu mandato cassado na Câmara justamente por não provar que o suposto pagamento a parlamentares existiu, o chamado Roberto Jefferson.

Provavelmente, o que vai se comprovar é que houve sobra de recursos de campanha não contabilizados, e quem desviou esses recursos deve ser condenado. De todo modo, a lição que deve ficar desse julgamento é que a democracia do Brasil continuará perdendo enquanto não houver reforma político-eleitoral, com financiamento público das campanhas".

Por que não se discute, não se aproveita este momento, inclusive pela grande mídia nacional, e de uma vez por todas para acabar com a história do caixa dois e discutir uma grande campanha pelo financiamento público eleitoral? O nosso partido, o PT, já vem discutindo isso há muito tempo, e hoje é o principal partido político do nosso país que discute a reforma política e também discute o financiamento público de campanha.

O que nos impressiona neste momento é que a 60 dias das eleições se marca esse julgamento, fica-se dia e noite acusando, destruindo lideranças.

O procurador-geral da República, Roberto Gurgel, diz que houve uma trama dentro da Casa Civil, mas não tem provas. Isso foi feito dentro de quatro paredes.

Que julgamento é esse? Que acusação é essa, se não é uma acusação política e uma acusação de provas reais? Esperamos e, como já dizia no mínimo que se faça um julgamento em cima de provas reais, e não julgamento político neste momento.

Por que não se fala de outros mensalões? Que há 20 anos já se faz caixa dois? O PSDB de Minas Gerais, que é conhecido, o Azeredo... E quem não conhece a história do caixa dois que eles também chamam de mensalão - e acredito que não existe - do PFL?

Por que neste momento eleitoral só se fala em mensalão do PT? Será que é a preocupação com o crescimento do nosso partido nestas eleições? E que mesmo assim vai crescer muito, porque a sociedade brasileira já é capaz, já tem capacidade de distinguir o que são campanhas imediatas, grandes, o mensalão que não existiu, justamente para massacrar, condenar pessoas, condenar um partido importante que construiu tanto na democracia brasileira.

Infelizmente, o Judiciário brasileiro está-se prestando a fazer esse julgamento há 60 dias pelo menos, porque provavelmente vamos chegar bem no período das eleições, dias antes das eleições, enquanto que qualquer propaganda fora do horário eleitoral é proibida. Somos condenados se falarmos fora do horário político qualquer coisa de

campanha político-partidária, ou seja, de candidaturas.

Isso nos deixa revoltados, numa situação desconfortável, mas não pelo fato de que tem que ser apurado se houve desvios, porque ser for provado que as pessoas são culpadas, elas têm que ser condenadas, seja de qual partido for. Inclusive se for do nosso partido. Nunca fomos contra isso.

O ex-presidente Lula falava muito bem que se precisasse cortar a sua própria carne, se o julgamento fosse justo, assim faria.

Estive, ontem, na capital federal participando do lançamento da Frente Parlamentar da Agroecologia, coordenada pela deputada federal Luci Choinaski. Lá visitei vários ministérios, a Câmara dos Deputados. E assistimos de fato a um grande movimento, a um grande julgamento político, à destruição de lideranças históricas e à tentativa, porque não vão conseguir, de destruição de um partido político que ajudou muito este país e o povo brasileiro a melhorar sua condição de vida, sua dignidade, o cuidado com o dinheiro público, pois a nossa bandeira é cuidar mais do dinheiro dos outros, do dinheiro público do que do nosso dinheiro.

Então, este é o grande desafio que temos pela frente e esperamos que de fato justiça seja feita.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Reno Caramori, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, faço uso da tribuna esta manhã para registrar aquilo que defendo há 21 anos nesta Casa, que é o Movimento Tradicionalista Gaúcho em Santa Catarina.

Nós tivemos há poucos dias a eleição da nova diretoria que deverá administrar o MTG por dois anos, a partir deste ano, e foi realizada em Lages uma disputa de tradicionalistas com muita transparência, honestidade, com a compreensão e com a responsabilidade de cada representante de

CTGs que lá se fizeram presentes para escolher a nova diretoria.

Essa nova diretoria, sr. presidente, contempla todo o estado de Santa Catarina. E farei rapidamente a leitura dos nomes dos componentes, para que fique registrado nos anais desta Casa o nome dos comandantes do Movimento Tradicionalista Gaúcho em Santa Catarina.

São os seguintes os membros da nova diretoria:

Presidente - Orides Luiz Pompeo, de Coronel Freitas;

Vice-presidente - Itamar Sebastião Mattos, conhecido como tio Preto, de Capivari de Baixo;

Vice-presidente - David Gevaerd Filho;

Presidente de honra - Édio Scheiwitzer, de Palhoça;

Diretor administrativo - Celso Luiz da Silva Neves, de Anita Garibaldi;

Diretor administrativo - Jucemar Antônio de Moura, de Ipira;

Diretor financeiro - João Ribeiro, de Lages;

Diretor financeiro - Iram Moacir Costa;

Romencito José Alencio, diretor campeiro, Nova Veneza/SC;

Nerio Ceccon, subdiretor campeiro, Modelo/SC;

Vera Souza, subdiretora campeira, Irani/SC;

Johnny Roberto Dynarowski, subdiretor campeiro, Itaiópolis/SC;

Luiz Henrique da Silva, diretor artístico, Joinville/SC;

Valdemar Reis, diretor artístico, Lages/SC;

Cristiano Zanchi, diretor de patrimônio, Caçador/SC;

Antônio Eraldo de Souza Viera, diretor de patrimônio, Araranguá/SC;

Suzana Sonáglio Xavier, diretora cultural, Chapecó/SC;

Maria Beatriz Melo da Andrade, diretora cultural, Lages/SC;

Hélio Natalin Mussio, diretor jogos tradicionalistas, Xanxerê/SC;

Charles Henkmaier, diretor de eventos, Lages/SC;

Lademir Luiz Bechtold, diretor de eventos,  
Ilhota/SC;  
Sizenando do Carmo Neto, diretor dos  
narradores, Rio do Sul/SC;  
Osmar Colpani, consultor jurídico,  
Concórdia/SC;  
Nerci Tercilio Correia, consultor jurídico,  
Lages/SC;  
Orides Luiz Pompeo, conselheiro permanente,  
Coronel Freitas/SC;  
Itamar Sebastião Mattos, conselheiro  
permanente, Capivari de Baixo/SC;  
Sebastião Nunes de Oliveira, conselheiro  
permanente, Lages/SC;  
Nelson Melo de Liz, conselheiro permanente,  
Otacílio Costa/SC;  
Jacob Momm Filho, conselheiro permanente, São  
José/SC;  
Silvio Proença, conselheiro permanente, São  
Joaquim/SC;  
Fernando Reusing, conselheiro permanente,  
Papanduva/SC;  
Édio Schweitzer, conselheiro permanente,  
Palhoça/SC;  
Erotides Muniz dos Santos, conselheiro  
permanente, Curitibanos/SC.

#### Prendas e Peões do MTG-SC Biênio 2012/2014

Lucas Borges da Silva - 1º peão mirim;  
Gabriel Grando - 2º peão mirim;  
Jéssica Laíze Silva de Oliveira - 1ª prenda  
mirim;  
Luana Varela as Silva - 2ª prenda mirim;  
Talita Cristina Anhalt - 3ª prenda mirim;  
Éricks Henrique Testa - 1º peão juvenil;  
Maurício Moraes Coradim - 2º peão juvenil;  
Eduardo da Silva - 3º peão juvenil;  
Natália de Souza - 1ª prenda juvenil;  
Ana Letícia Bodaneze - 2ª prenda juvenil;  
Marjana Aparecida da Silva - 3ª prenda  
juvenil;  
Valdenir Zamboni - 1º peão veterano;  
Nelson João Krombauer - 2º peão veterano;

Silvana Luizinha da Silva - 1ª prenda veterana;

Sirlei Cardoso - 2ª prenda veterana;

Iraci Claudete Soares Fávero - 3ª prenda veterana;

Joelson Pazinato - 1º peão adulto;

Marcelo Fontana Vitto - 2º peão adulto;

Aline Cristina Burgel - 1ª prenda adulta;

Deyse Mara Macarelo - 2ª prenda adulta;

Francine Motta Rocha - 3ª prenda adulta.

Os conselheiros são: Aldori Gomes, Eurico Ortis da Silva, Flávio L. Lancine Barbosa, Roneni Ramos de Oliveira, Mario Cesar de Souza Neto, Pedro Ortis Batista, João Batista Pereira, companheiro aqui da Casa.

Também temos os suplentes: Servino Albani, Avelino Presotto, Moacir Machado, Celeste Rogério Basquerotto, Claudio J.A. do Amaral, Ari Floriani e Sebastião Borges de Oliveira."

Mas o que nos chamou a atenção, deputado Silvio Dreveck - e assistimos isso lá, durante a convenção, na explanação dos oradores tradicionalistas -, foi a posição dos CTGs no Brasil. Em todos os estados temos o Movimento Tradicionalista Gaúcho, tamanha é a conservação da tradição e da cultura - e quer dentro do MTG, quer nas atribuições de cada departamento, ou seja, o departamento de rodeios, o departamento artístico, o departamento de culinária -, na formação do tradicionalismo gaúcho que se iniciou no Rio Grande do Sul, com origens até dos indígenas, numa mescla junção de tradições, em que foi aperfeiçoado cada vez mais esse tradicionalismo gaúcho em Santa Catarina e no Brasil.

Vejam a responsabilidade de cada peão nas invernadas campeiras, em que cada laçador assume a sua responsabilidade, respeitando o regulamento do MTG, que é rigoroso. Não pode haver ofensas, não pode haver provocações, não pode haver qualquer gesto ou ação que venha a prejudicar o tradicionalismo gaúcho, desde as prendas, os piazzitos, as prendinhas e os peões. Todos que fazem parte dos CTGs e dos MTGs, em todas as

esferas, respeitam a cultura que é imposta a cada um.

O piaquito já nasce com a cabeça voltada para o tradicionalismo, pelo respeito e pela sua responsabilidade não somente nas invernadas campeiras, que são os torneios de laço, mas também nas gineteadas e em tantas outras provas que são feitas com o cavalo e o cavaleiro. Há também a brincadeira que é feita no repentismo, nas canções, na declamação, além da arte culinária.

Então, é uma tradição que reúne nas suas lides uma mesclada de modalidades que são difundidas em todo este Brasil.

Eu farei, oportunamente, o registro dos CTGs hoje existentes no Brasil. Santa Catarina surpreende, inclusive até porque nas provas de rodeios por este Brasil afora o nosso estado tem sido o primeiro nas colocações de torneio de laço e em outras modalidades representando o nosso tradicionalismo. Por isso, quero cumprimentar o CTG de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Reno Caramori.

Passaremos ao horário destinado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado José Milton Scheffer, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Quero cumprimentar o prezado deputado Moacir Sopelsa, nosso vice-presidente que ora coordena os trabalhos na Casa, os srs. deputados, os srs. telespectadores da TVAL, e desejar um bom-dia a todos!

Nesta manhã, gostaríamos de abordar alguns temas. Um deles é a segurança pública.

Estivemos na tarde de ontem numa audiência acompanhando o prefeito municipal de Araranguá, Mariano Mazzuco Neto, junto com o secretário da Segurança Pública, César Grubba. E na ocasião ouvimos dele uma explanação do que a secretaria da Segurança Pública vem fazendo em Santa Catarina. E

pudemos constatar que pela primeira vez a segurança pública, com toda a dificuldade, tem um plano, tem um projeto, está executando e começam a diminuir os índices de criminalidade em nosso estado. Claro que é o começo, mas é muito bom ver que o governo do estado tem um projeto e está executando.

Agora, nos próximos dias, teremos o ingresso de mais um grupo de policias civis e militares que estarão reforçando o time da segurança pública em toda Santa Catarina.

Vimos também um secretário que faz um trabalho técnico, com planejamento, pois sabemos que a luta contra o crime é uma luta difícil, mas Santa Catarina tem um grupo na segurança pública que está trabalhando com dificuldades, mas está trabalhando com muita competência para vencer essa batalha que é de todos nós, catarinenses.

Eu quero aqui cumprimentar o secretário Cesar Grubba, toda a sua equipe e agradecer também em nome da comunidade de Araranguá, que deve estar recebendo no segundo semestre, após as eleições, o projeto da implantação das câmeras de videomonitoramento, que é utilizar a tecnologia disponível para a segurança das pessoas. O governo do estado tem feito isso em várias cidades, já são mais de 30 cidades equipadas com essas centrais.

Araranguá é a maior cidade do extremo sul, que fica na divisa com o Rio Grande do Sul, e merecia já algum tempo esse projeto. Esse é um trabalho feito em parceria com a Polícia Militar. E aqui quero registrar o comprometimento do tenente-coronel Edemir Meister, de Araranguá, da prefeitura municipal e da comunidade. Até no final do ano será assinado o convênio e logo em seguida será implantado um projeto avançado de segurança pública que, através de um sistema de monitoramento, irá ajudar no combate ao crime, auxiliará no combate às drogas, no monitoramento do trânsito e obviamente ajudará no planejamento das ações relacionados à segurança pública de toda a população de Araranguá.

Por isso, quero cumprimentar e agradecer ao secretário César Grubba, ao prefeito Mariano

Mazzuco, que é parceiro também e vai investir recursos nesse projeto, que é uma grande conquista para a região sul, especialmente para a população de Araranguá, que já há algum tempo vinha solicitando esse benefício.

Por isso, estou muito feliz como deputado da região por essa conquista que vai atingir a população de Araranguá na questão crucial da vida de cada um, que é a segurança pessoal e a segurança da nossa cidade.

Outra notícia dessa semana são as audiências realizadas, juntamente com o presidente da Aciva, dr. Cláudio Damo, no DNIT de Santa Catarina, para decidir o futuro da pavimentação da BR-285, a famosa Serra da Rocinha, que vai interligar o Rio Grande do Sul, Santa Catarina, a BR-101 e o porto de Imbituba, permitindo o intercâmbio cultural e econômico entre os dois estados. É uma reivindicação de mais de 40 anos, que agora começa a tomar corpo.

Nós estamos acompanhando, juntamente com a nossa equipe e com a comissão que criamos para o acompanhamento dessa obra, o andamento dela junto ao Ibama, na questão da licença ambiental, o andamento na atualização do projeto feito pelo DNIT e pelas empresas de projetos contratadas, bem como o orçamento. Esse projeto já esteve fazendo parte de uma emenda de bancada, já perdemos esse recurso por um período, mas agora, temos que registrar, ela está incluída no PAC 2, e nós não podemos perder essa oportunidade.

Por isso, estamos trabalhando, juntamente com a nossa equipe e com a associação do vale do Araranguá, no acompanhamento do trâmite do projeto da licença ambiental, para que Santa Catarina não perca essa oportunidade dada pelo governo federal, que é a inclusão dessa BR no PAC 2. Nós não podemos perder essa oportunidade.

Existem entraves na questão da licença ambiental. Estivemos alertando esta semana o nosso superintendente do DNIT, João José, para a necessidade de atualização do projeto e remessa para o Ibama do Rio Grande do Sul, para que possa analisar com a maior brevidade possível essa

licença e que possamos incluí-la o mais rápido possível no processo de licitação.

Nós já sabemos, através do coronel Jorge Fraxe, que essa obra será licitada pelo regime RDC, um regime diferenciado de contratação, que permite uma contratação mais rápida das obras.

Estamos aguardando agora a nossa parte do DNIT de Santa Catarina, que é resolver o entrave da licença ambiental, que é resolver a questão da adequação do projeto básico, para que o DNIT nacional possa ter condições de licitar essa obra que é um sonho tanto do Rio Grande do Sul quanto de Santa Catarina, que já esteve na pauta várias vezes e saiu dela em função da falta de projetos.

Estamos agora cobrando e pedindo ao governo federal, através do DNIT de Santa Catarina, que agilize esses documentos, porque não podemos perder essa oportunidade dada pelo governo federal de termos esse sonho realizado.

Deputado Reno Caramori, gostaria de cumprimentá-lo pela homenagem que fez ao MTG. É justo, é um movimento forte de Santa Catarina, que merece o respeito e a consideração de todos nós.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Nilson Berlanda, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON BERLANDA - Quero cumprimentar o nosso presidente Moacir Sopelsa, os nossos deputados, a nossa deputada.

Início aqui elogiando os deputados presentes que demonstram seriedade com esta Casa em estar aqui num dia como hoje.

Quero agradecer inclusive o gesto do PSD com o Democratas, em ter concedido 60 dias a este deputado, como uma experiência, já que tinha entrado nesta Casa somente para visitar.

Quero dizer aos srs. deputados que saio daqui bastante satisfeito, porque aprendi com vocês. Procurei participar em algumas comissões, mesmo

assistindo, ouvindo os discursos, vendo realmente o que v.exas. fazem por toda Santa Catarina.

Como disse no meu discurso, no primeiro dia, eu seria o representante do varejo. E percebi, durante a minha estada, que temos aqui pessoas que defendem a saúde, a agricultura, os policiais militares, os policiais civis. Inclusive, ontem, participamos de uma audiência pública com a Segurança Pública, voltada às penitenciárias, em que tive a oportunidade de demonstrar o lindo exemplo que estamos dando na Penitenciária Agrícola de São Cristóvão do Sul, como empresário, gerando lá, naquela oportunidade, trabalho para 130 detentos.

Lá foi construído um prédio, e de uma maneira muito interessante estamos ensinando esses detentos a trabalhar.

Demonstramos isso e achamos que a ressocialização é uma grande solução para Santa Catarina, deputada Angela Albino, porque a partir do momento em que ensinarmos uma profissão a um detento ele certamente estará ocupado trabalhando e buscando o alimento para a sua família e não pensará em ações que poderá cometer nas cidades.

Saio daqui um pouquinho preocupado com a questão da saúde e da segurança em Santa Catarina. E falo novamente defendendo os interesses do comércio do estado, porque tivemos momentos de assaltos a bancos, mas agora eles se voltaram para o varejo. Hoje, infelizmente, sabemos que será assaltada uma loja ou um estabelecimento comercial, somente não sabemos em que cidade ou local, mas temos certeza de que todos os dias é cometido um ato dessa natureza.

Eu saio daqui deixando assinados, srs. deputados, três projetos. Eu gostaria de comentar aqui e pedir que os senhores me ajudem nessa minha ausência, pois são projetos voltados para o varejo catarinense.

O primeiro projeto parcela o ICMS da venda do mês de dezembro. Eu o assinei no dia de ontem. Entendo, como representante do varejo, que vendemos praticamente o dobro no mês de dezembro. E vendemos para pagar em dez, 12, 16 e muitas

vezes até em 18 parcelas, e o ICMS é pago no dia dez do mês de janeiro.

Já há quatro anos, inclusive no governo de Luiz Henrique da Silveira, como líder da minha CDL e participando da diretoria da federação, sempre marcamos uma audiência com o governador no sentido do parcelamento do ICMS das vendas do mês de dezembro. Portanto, peço que os deputados analisem esse projeto do parcelamento em três vezes do ICMS do mês de dezembro, porque vendemos em 16, 18, 24 vezes neste mês, como o fazemos durante o ano todo. Mas infelizmente o mês de dezembro tem a sobrecarga em janeiro, o pagamento das comissões é em dobro, existe o 13º salário, e os impostos deste mês são altos. Assim para o ICMS pago no dia dez de janeiro solicitamos que seja parcelado: janeiro, fevereiro e março. Nada mais justo do que uma ação para a nossa categoria, pois o comércio catarinense emprega tanto quanto a indústria.

O segundo projeto, srs. deputados, é também voltado ao ICMS. Hoje, nos estados vizinhos do Paraná e do Rio Grande do Sul paga-se o ICMS em cima da mercadoria, ou seja, eu compro um refrigerador por R\$ 1.000,00 e vendo com margem a R\$ 1.200,00, mas a prazo vendo a R\$ 1.300,00. Então, que desses R\$ 100,00 do financeiro não seja pago o ICMS. Eu pago pelo produto, pago pela margem que vou ganhar, mas não irei pagar o ICMS pelo financeiro dessa operação.

Também deixarei assinado e provavelmente estará passando pelas comissões. E sei aqui que todos os deputados defendem a indústria e o varejo. Mas eu peço que analisem e aprovelem esses projetos. Certamente no dia da votação estarei aqui acompanhando.

E o terceiro projeto também deixarei aqui. Hoje pelo Brasil todos nós, através de ações federais, estaduais e municipais pensamos no primeiro emprego ou no emprego para aquele jovem que está com 16 anos, 17 anos.

Eu continuo preocupado com o primeiro emprego para a juventude, mas também nos lembramos daquelas pessoas acima de 50 anos que não conseguiram ainda a aposentaria. Essas pessoas

estão excluídas, muitas vezes, do mercado de trabalho. Assim, propomos para a empresa que gerar emprego a pessoas acima de 50 anos e que não estejam aposentadas, é claro, que ela tenha incentivo fiscal ou pequena percentagem no momento de pagar o imposto de seu veículo. Isso já acontece no estado de São Paulo.

Então, a empresa, o comércio, enfim, que gerar emprego a pessoas acima de 50 anos terá um pequeno incentivo no momento em que pagar o imposto da frota de veículos que essa empresa tiver.

Portanto, são três projetos que deixo assinados e que certamente passarão pelas comissões. E neste momento faço um apelo aos senhores e peço que pelo menos um desses projetos ou os três sejam aprovados nos próximos meses.

Despeço-me aqui, ainda temos uma semana pela frente, mas penso que será o último momento que usarei a tribuna. Aproveito para agradecer a cada um dos senhores e vou usar aquela frase que os humoristas usavam quando Lula deixou o seu governo: "Vou, mas volto logo". Assim, estarei voltando e, certamente, faremos um trabalho, sim, com essa experiência que tive com os senhores. Com certeza em 2014 estarei entrando pela porta da frente com muito trabalho e muita dedicação.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Obrigado, deputado.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Volnei Morastoni, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada Angela Albino, quero apresentar aqui um breve relato de um seminário que foi o primeiro da região sul do Brasil, do qual participei na última semana em Porto Alegre, sobre Práticas Integrativas e Complementares do Sistema Único de Saúde, reunindo representantes de Rio Grande do Sul, Santa

Catarina e Paraná, com experiências dos governos estaduais e dos governos municipais.

Fui convidado porque no período em que fui prefeito em Itajaí, 2005/2008, tive a grata oportunidade de instalar um Centro Integrado de Terapias Integrativas e Complementares pelo SUS, proporcionando à população atendimentos com Acupuntura, Homeopatia, plantas medicinais, Do-in, que faz parte das massoterapias. Ainda podemos acrescentar, porque é o que está previsto dentro dessas terapias integrativas e complementares, também o termalismo que, por exemplo, em Santa Catarina, até pelas riquezas que temos de fontes de água termais, seria mais uma preciosa oportunidade de terapia, de forma de tratamento proporcionado à população. Enfim, além de várias alternativas, temos também a Medicina Antroposófica, os florais, o reiki e, podemos dizer, mais de umas centenas de terapias.

São sistemas de tratamento, e geralmente conhecemos apenas o nosso sistema tradicional, a medicina convencional, alopática. Mas existe mais de uma centena de formas de tratamento. Na verdade, há um acúmulo de tratamentos na história da humanidade. Trata-se de um verdadeiro patrimônio da humanidade que precisamos dispor para a própria população, através da rede de assistência, dos serviços de saúde e da atenção à saúde.

Ainda podemos incluir dentro desse sistema de práticas integrativas e complementares, e foi tema debatido em Porto Alegre, práticas corporais, como o Chi-kung, Tai Chi Chuan, Lian Gong e outras, que na sua imensa maioria são de origem oriental, chinesa, coreana, japonesa. E felizmente cada vez mais o mundo está-se abrindo para essas oportunidades e práticas integrativas, especialmente o Canadá, os Estados Unidos, a Inglaterra, a Austrália e o Brasil também.

O ministério da Saúde incluiu dentro do seu planejamento estratégico, de 2011 a 2015, também essa preocupação em poder proporcionar para os municípios brasileiros a inclusão dessas práticas integrativas e complementares no SUS,

principalmente baseado na Portaria n. 971, de maio de 2006.

Essa portaria e vários outros instrumentos começam a ser publicados pelo ministério da Saúde, especialmente até o final deste ano, quando o ministério deverá estar definindo um financiamento que foi objeto dos debates em Porto Alegre. É muito importante esse financiamento para que os municípios possam acessar recursos no ministério da Saúde para estruturar os serviços e também para o pagamento dos procedimentos decorrentes dessas práticas integrativas e complementares.

Eu faço essa colocação e chamo a atenção de todos porque neste momento vivemos um período de eleições municipais em que os municípios brasileiros estão discutindo os seus planos de governo, em que a população está tendo a oportunidade de se encontrar com os candidatos, em que os candidatos estão apresentando propostas de políticas públicas nas mais diversas áreas.

Na área da saúde, um compromisso importantíssimo que os candidatos a prefeito poderão assumir nos seus municípios seria incluir na rede de atenção primária do SUS essas práticas integrativas e complementares. Elas se justificam em primeiro lugar porque têm baixo custo, em segundo lugar porque têm resolutividade e em terceiro lugar porque proporcionam um alto grau de satisfação para as pessoas que têm o privilégio, a oportunidade de se tratarem através desses métodos: acupuntura, homeopatia, fitoterapia, plantas medicinais etc. E também os profissionais que praticam esse tipo de terapia são mais comprometidos com o atendimento humanizado, com a humanização da saúde, com o acolhimento, que é importante desde a estratégia de atendimento de saúde da família no pronto socorro, na UTI. Muitas vezes o atendimento, a humanização, é mais importante do que o antibiótico, o analgésico, o aparelho de ressonância magnética e toda a estrutura colocada a serviço de um paciente. Os profissionais comprometidos com as práticas integrativas e complementares geralmente proporcionam um atendimento mais humanizado.

E mais um detalhe importante dentro dos princípios do SUS, da universalidade, da equidade, também é a integralidade. O paciente tem que ser visto como um todo, não apenas em partes. Um somente vê o coração, outro o fígado, outro o estômago, outro o joelho, outro somente vê a cabeça, o cérebro, a parte neurológica. Não, o ser humano é um todo, o paciente é um todo. Inclusive um dos princípios da homeopatia, e tive a oportunidade de me especializar na homeopatia, é que ela não trata a doença. A homeopatia trata o doente.

Então, é uma visão holística, é uma visão integral do ser humano. E essas práticas têm esse embasamento.

Por outro lado, ainda tem mais um tripé fundamental para justificar a importância da implantação dessas práticas na rede pública, desde a atenção primária, mas, também, no pronto socorro, nas unidades de pronto atendimento, UTI, em todo o sistema hospitalar. Como disse, a grande preocupação que essas práticas têm no seu exercício, de não tratar somente o doente, a doença, a reabilitação, como eu acabei de falar, mas também de promover um trabalho de educação em saúde, de promoção da saúde, de prevenção, isso é fundamental.

Se pretendermos daqui a dez anos ou 15 anos, sei lá, pela frente, revertermos esse modelo da saúde, que hoje dizemos que é um poço sem fundo de recursos, milhões e bilhões que pudermos acrescentar, nunca serão suficientes, porque estamos sempre correndo atrás do prejuízo, porque temos, hoje, um sistema de doença.

Temos um modelo centrado na doença; não é um modelo centrado na saúde. Precisamos inverter essa lógica perversa e ter um modelo centrado na saúde. E para um modelo centrado na saúde, é lógico que temos que tratar o doente e oferecer a ele todas as possibilidades e modernidades de exames, de tratamentos, de cirurgias, tudo. Mas temos que, concomitantemente, exercer um grande trabalho na educação em saúde, na promoção da saúde, na prevenção, para que na linha do tempo, daqui a

algumas décadas, possamos reverter essa situação e podermos dizer que haverá um equilíbrio no sistema de saúde.

Por isso, tudo que estou aqui a declarar da importância que foi esse primeiro seminário regional sul... No ano que vem será em Santa Catarina. E espero que Santa Catarina, o governo do estado, a secretaria da Saúde, também se integrem nessa proposta do ministério da Saúde.

O Rio Grande do Sul já instalou na sua secretaria um grupo de trabalho para acelerar a implantação dessas práticas no Rio Grande do Sul. Muitos municípios já estão exercendo isso de forma isolada, por si só, por sua conta. Mas precisamos contar com essa cooperação do governo federal, do ministério da Saúde, também do governo do estado, através da secretaria estadual da Saúde, porque os municípios precisam desse apoio, dessa retaguarda, para poder estruturar serviços, ações e proporcionar à população essa possibilidade preciosa, rica, humana, integral, de práticas integrativas e complementares na saúde.

Por isso, tenho certeza de que vamos avançar muito nos próximos anos. E a carta que emanou desse encontro, a carta da região sul, essa carta preconiza quais são os próximos passos importantes para que possamos avançar no Brasil, em cada um dos nossos estados, especialmente em Santa Catarina, em toda região sul e nos nossos municípios, proporcionando as práticas integrativas e complementares no SUS: homeopatia, acupuntura, plantas medicinais e algumas dezenas de alternativas...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Moacir Sopelsa, por até 16 minutos.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Deputado Reno Caramori, que preside esta sessão, srs. deputados,

sras. deputadas, o que me traz mais uma vez a esta tribuna no dia de hoje, deputado José Milton Scheffer, é que ontem tive a oportunidade de falar sobre os insumos que estamos trazendo de outros estados para o agronegócio ou para a produção de suínos, aves ou frangos.

Hoje, vi o relato do secretário executivo do Sindicarne sobre a dificuldade que estamos tendo nos portos devido à greve dos fiscais. Aliás, a greve dos funcionários públicos federais está em todos os setores, e aqui não quero entrar na discussão do mérito dos funcionários, pois todos devem lutar por melhores salários. Mas o que me preocupa é que posições precisam ser tomadas.

Deputada Dirce Heiderscheidt, os fiscais têm o compromisso, por legislação, de liberar 30% daquilo que chega aos portos. E se formos ver a questão da carne suína e de aves, se liberarmos 30% daquilo que entra nos portos, sendo que Santa Catarina exporta 40% dos seus suínos produzidos no estado e mais ou menos 30% das aves que são produzidas no estado são exportadas...

Somos o segundo maior produtor de frangos do país e o maior produtor de suínos do país, não sei até quando. Se exportar 30%, os 70% ficarão parados no porto, e já existe um estoque que não tem mais onde deixar. Além de perdermos contratos com as empresas e os compradores internacionais, contratos que foram conseguidos a duras penas, muitos produtores sucumbirão, porque não se dá a estrutura para esses produtos serem carregados.

Então, tem que chamar a atenção do governo federal, do ministério da Agricultura, do ministro da Agricultura, que não tive uma impressão de um homem esforçado para a agricultura, quando estive lá para discutir a questão da suinocultura. Parece que o ministro da Agricultura não conhece muito a área, apesar de ser do meu partido. E não tenho que estar aqui defendendo o partido ou acusando o partido, estou aqui fazendo uma defesa da economia do estado de Santa Catarina. Mas ele precisa tomar posições imediatas, sob pena de nós, com relação àquilo conquistado durante tantos anos, pagarmos o preço desses contratos, se não forem cumpridos, e

esses compradores irem buscar o seu produto em outros países.

Quando disse que são muitos os setores em greve, vejo o setor de ensino, as nossas universidades, as escolas agrotécnicas, os nossos fiscais; então, o governo federal, a presidente Dilma Rousseff, precisa tomar uma posição e atender ou discutir, conversar essas solicitações que existem por parte desses servidores, pois cada um vai buscar o seu direito, aquilo que precisa ter.

Não podemos fugir da responsabilidade de quando num setor importantíssimo como esse, das exportações e importações, deixarmos as nossas indústrias sem atenção.

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Pois não, deputado, sei que v.exa. também é um profundo conhecedor da questão do agronegócio. E eu gostaria de ouvi-lo.

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - Deputado Moacir Sopelsa, cumprimento v.exa. pelo seu pronunciamento, pelo senso de oportunidade do momento e necessidade da sociedade catarinense.

Os nossos portos servem a todo o Brasil; muitos produtos são importados daqui e são importantes para a nossa economia.

É realmente muito preocupante, pois o início da cadeia produtiva de muitos setores da indústria e do agronegócio, do produtor de frango, do produtor de suínos, já sofre com a questão da logística no preço dos insumos. E v.exa. fez um pronunciamento no dia de ontem a respeito disso. E agora está ainda mais prejudicado o acesso ao mercado externo, que é fundamental para a cadeia produtiva, que hoje vive esse momento de crise.

Precisamos, sem dúvida nenhuma, sensibilizar o governo federal, as autoridades, para as pessoas que não estão relacionadas com esse cabo de força entre funcionalismo público federal e governo federal.

Não podemos prejudicar os produtores, a nossa indústria de carnes, os nossos industriais de

Santa Catarina, porque não é fácil conquistar o mercado externo.

Sabemos do esforço que é feito pelas instituições para conquistarem o mercado externo. E não podemos perder para nós mesmos. Neste momento o Brasil está dando uma demonstração, através desta greve, de que estamos preparados para enfrentar a concorrência externa. E quero aqui me somar ao seu discurso.

É preciso uma ação rápida para diminuir os prejuízos desses setores, para que não possamos perder nossos clientes externos que são fundamentais para a nossa economia, agravando ainda mais a crise.

Estamos numa época de crise mundial, e o Brasil não pode se dar o luxo de fechar seus portos para o comércio externo, tanto para a entrada quanto para a saída de mercadorias, porque hoje o mercado está globalizado, está internacionalizado, e não podemos perder a oportunidade.

Por isso, quero me somar ao seu clamor, ao seu pedido para que as autoridades possam resolver o mais breve possível essa situação que é fundamental para a sociedade catarinense e para o nosso país.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Muito obrigado, deputado José Milton Scheffer.

Consulto o deputado Aldo Schneider se gostaria de usar parte do horário do PMDB.

Finalizo, dizendo que essa situação precisa ser discutida, que precisamos encontrar uma forma de acertar, nos primeiros dias, nesta semana, porque vejo que a situação fica muito difícil. Vamos acumular prejuízos para um setor que vem há muito tempo já com crise.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, no restante dos minutos está com a palavra o deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL e da Rádio Alesc Digital,

É com satisfação que ocupo a tribuna para fazer um elogio e dizer como a secretaria de estado da Saúde está tratando com responsabilidade essa questão da troca da frota das ambulâncias do Samu.

Na última terça-feira, tivemos a oportunidade de juntamente com o governador Raimundo Colombo, com o secretário de estado da Saúde, Dalmo Claro de Oliveira, fazer a entrega de 30 veículos que vão fazer o trabalho do Samu em Santa Catarina.

Essa responsabilidade da substituição dos veículos do Samu é do ministério da Saúde. Mas através de ampla parceria entre o governo do estado de Santa Catarina, o ministério da Saúde e o governo federal, houve a decisão por parte do governador e por parte do secretário de estado da Saúde em adquirir esses equipamentos com recursos próprios do governo do estado.

Isso criou um alento nas regiões, principalmente nas 30 regiões, exatamente por serem os veículos mais danificados e que não prestavam mais aqueles serviços com segurança para atender às vidas dos catarinenses e das pessoas que procuram o serviço do Samu.

Então, eu gostaria de cumprimentar a gestão frente à secretaria de estado da Saúde, no sentido de ter a sensibilidade de buscar a solução para esse assunto neste momento e também levando em consideração que a área da Saúde é hoje um dos clamores da sociedade catarinense que exige mais atenção, mais investimento, mais cuidado, mas que gradativamente estamos, através do governador, do vice-governador e também do nosso secretário da Saúde, vencendo desafios a cada instante.

Essa questão da substituição desses 30 veículos do Samu foi determinante para que o trabalho não parasse. E eu gostaria de relatar alguns dados do atendimento do Samu neste último ano.

Foram atendidas milhares de pessoas. A organização, através da gestão, é vinculada à

secretaria da Saúde. E através de uma decisão governamental, a partir do dia primeiro de agosto do corrente ano, uma organização social assumiu a tramitação e a gestão desse atendimento do Samu.

Eu gostaria de falar para toda a sociedade catarinense que isso não se trata de privatização nem de terceirização, mas de agilidade no atendimento das pessoas que recorrem a esse tipo de serviço, porque a partir do momento em que estamos inclusos no regime geral de contratação do servidor público de Santa Catarina, dependemos de todos os prazos legais para a contratação de servidores em caráter temporário, para a contratação de servidores através de concurso público, enfim, estamos inerentes ao regime jurídico único de contratação de servidores do estado. Logicamente que nessas funções, até por ser função estressante, as pessoas que começaram, ou seja, enfermeiro alto padrão, médico ou motorista, não conseguem continuar na rotina por muito tempo, então, ocorre sempre uma troca de servidores. E como estamos vinculados ao regime geral do estado, que precisa de processo seletivo, precisa de concurso público, com certeza temos muitos veículos não prestando serviço para o que foi criado. Por quê? Exatamente por falta de pessoal, pelas condições que temos hoje de contratar esses servidores. E passando a gestão desse atendimento de recursos humanos para uma organização social isso vai fazer com que haja agilidade na substituição dos profissionais, para que peçam exoneração, também para os profissionais que tenham necessidade de licença médica ou licença para gozo de férias. Portanto, sendo administrado por essa organização social, teremos a rapidez e substituição desses servidores, e não vai haver a paralisação dos serviços. Não havendo essa rapidez e condição, infelizmente teremos que seguir os ditames da lei, principalmente no que se refere à contratação de servidores, tanto no aspecto temporário como no aspecto da efetividade através de concurso público.

Por isso, na condição de deputado estadual de uma pequena cidade chamada Ibirama, onde temos um

hospital público estadual, construimos ao longo do tempo através da força política uma unidade de terapia intensiva, que está pronta há quase dois anos e meio, mas que infelizmente não conseguimos suprir o quadro de servidores para colocar essa UTI em funcionamento exatamente por falta de profissionais, naquilo que se refere à contratação de servidores por concurso público. Já foram abertos quatro concursos onde não existe pretendente para vagas, por exemplo, médicos intensivistas.

Estamos nessa cidade com um investimento extremamente alto colocado à disposição da sociedade catarinense e não podemos atender por falta de profissionais. Se essa UTI tivesse uma gestão através de uma organização de serviços, como estamos fazendo a partir do dia primeiro de agosto com o Samu, com certeza já teríamos salvado muitas vidas ao longo desses dois anos e meio em que essa obra já está pronta, equipada para prestar serviço à sociedade regional e catarinense. Mas não conseguimos por termos a dificuldade de contratação de servidores públicos através de concurso público, por não ter a procura desses médicos intensivistas, também outros médicos, outros profissionais. E se pudéssemos contratar via CLT, com certeza já estaríamos salvando vidas.

Então, quero fazer aqui uma correlação da importância de mudar a gestão do serviço público essencial em Santa Catarina. Não que eu seja contrário a concurso público, que eu seja contrário aos nossos servidores. Eu defendo que sejam assegurados todos os direitos desses servidores, mas também o estado não pode ficar inerte a essa condição exatamente porque a legislação não permite que seja contratado um médico intensivista para poder colocar dez leitos de uma UTI em funcionamento, porque não aparecem profissionais no mercado.

Essa questão das organizações de serviço viria exatamente para suprir os serviços que são de responsabilidade do governo do estado de Santa Catarina, principalmente com relação à questão do

atendimento do Samu, e aqui uso como exemplo a UTI do Hospital Waldomiro Colautti, de Ibirama, que não está atendendo exatamente por falta de profissionais e não por falta de decisão política de abrir concurso.

Foram abertos vários concursos, mas é o caminho que o governo...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Gilmar Knaesel, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sr. presidente, deputado Moacir Sopelsa, demais colegas deputados, imprensa e todos que estão acompanhando a sessão no dia de hoje, não queria assomar novamente à tribuna para falar um assunto que já tinha abordado esta semana, mas tive que fazê-lo porque a celeuma continua.

Quero deixar registrado nos anais desta Casa, já que pouco adiantaram as explicações dadas para algumas pessoas, para alguns deputados e até para parte da imprensa, o fato que nos motivou a apresentar um projeto de lei denominando um acesso rodoviário da BR-101, na cidade de Penha, com o nome de uma liderança política, empresarial, da comunidade, instado que fui pelas Câmaras de Vereadores dos dois municípios, de Penha e de Piçarras, pedido convalidado também pelo prefeito de Penha, para homenagear uma figura local. Não foi substituição, e aqui se falou em cassação e até em golpe, enfim, jamais querendo criar esse tipo de situação, mas apenas para fazer a nossa parte parlamentar.

Quero voltar a dizer que quando a deputada Angela Albino, que está presente neste momento na sessão, apresentou legitimamente um projeto de lei, instada que foi por algumas pessoas que entendem que a história e a memória de Paulo Stuart precisa ser preservada, também concordei

com isso, tanto que votei favoravelmente, volto a dizer, ao decreto da Assembleia denominando o plenarinho desta Casa com o seu nome.

O deputado Volnei Morastoni, que está aqui, liderou várias conversas políticas no sentido de homenagear Paulo Stuart com uma obra estadualizada, uma obra que desse visibilidade, uma grande rodovia, se fosse o caso, ou outra obra pública que fosse vistosa, que realmente preservasse aquilo que era a intenção, tenho certeza, da deputada Angela Albino.

Mas as pessoas que estão fazendo comentários, especialmente aquelas que estão fomentando a imprensa, com certeza não conhecem o acesso da BR-101 à Penha, que é rapidinho, pois são apenas três quilômetros, uma rodovia secundária que nem primária é, porque o acesso principal à Penha é via Beto Carrero, e para Piçarras há outro acesso à cidade. Mas não é esse o ponto, se a obra é importante ou não.

É importante registrar que jamais quisemos cassar Paulo Stuart Wright. Pelo amor de Deus! O governador, que opôs veto à nossa proposta, recebeu um telefonema de José Serra solicitando a preservação da história e da memória de Paulo Stuart. Vejam aonde chegou essa situação, deputado Volnei Morastoni, v.exa. que conhece essa realidade e que conversou com vários parlamentares, com várias pessoas, no sentido de esclarecer que o nosso objetivo era e é, sim, de ajudar, deputada Angela Albino, a encontrar algo que possa, efetivamente, homenagear e mostrar às pessoas a história de Paulo Stuart.

Deputado Volnei Morastoni, infelizmente tive que o citar nesse processo porque v.exa. conhece bem essa realidade e tentou ajudar a acabar de uma vez por todas com essa celeuma.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Pois não!

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - Meu querido companheiro, deputado Gilmar Knaesel, com a maior satisfação quero ajudar a prestar alguns esclarecimentos sobre esse assunto, porque não há

nenhuma maldade, nenhuma intenção da sua parte de cassar Paulo Stuart Wright, até porque todos nós temos o maior respeito pela sua história nesta Casa, quando lutou em favor dos pescadores da nossa região, desde Piçarras, Penha, Navegantes, Itapema, de todo o nosso litoral, enfim, Paulo Stuart foi um parlamentar que lutou pelos pescadores de Santa Catarina em favor de uma causa nobre e justa.

Então, a denominação daquela rodovia proposta por v.exa. foi com a intenção de homenagear uma pessoa que foi prefeito de Penha, de Piçarras e que na década de 60, quando a BR-101 era apenas um caminho, lutou por melhorias e foi ao governador e a outras esferas solicitar a abertura daquela via pública.

Queremos prestar uma justa homenagem a Paulo Stuart Wright e devemos encontrar meios para isso na nossa região. Então, na verdade, o nosso compromisso era encontrar uma alternativa para prestar uma homenagem. E entendi que estava tudo caminhando muito bem quando fui surpreendido por essa polêmica que se instalou, mas ainda acredito que podemos chegar a um bom termo porque essa é uma questão de bom senso. E ninguém está cassando Paulo Stuart Wright, muito pelo contrário, queremos colocá-lo num pedestal de honra, pois ele merece o reconhecimento de todos nesta Casa e do povo catarinense.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Obrigado, deputado Volnei Morastoni. Com as suas palavras sinto-me também aliviado, porque v.exa. esteve conosco discutindo esse assunto e sabe muito bem qual é a nossa verdadeira intenção.

Acredito, deputado Volnei Morastoni, que a sua manifestação dará credibilidade para darmos um ponto final a essa celeuma. Vamos parar com essa discussão politiqueira, porque o assunto é sério.

Agradeço a v.exa. pela sua manifestação, deputado Volnei Morastoni, e espero que fique registrado nos anais desta Casa definitivamente o nosso posicionamento, porque a verdade haverá de prevalecer.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) -  
Obrigado, deputado Gilmar Knaesel.

Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou despacho saneador aos Projetos de Resolução n.s: 0021/2009 e 0009/2011.

Esta Presidência comunica também que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário ao Projeto de Lei n. 0097/2012, que terá seu encaminhamento conforme determina o Regimento Interno.

Comunica ainda que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0557/2011.

Esta Presidência comunica, outrossim, que encaminhará aos destinatários, conforme determina o art. 206 Regimento Interno, as Indicações n.s: 0363/2012, de autoria do deputado Nilso Berlanda; 0364/2012, de autoria do deputado Silvio Dreveck; 0365/2012 e 0366/2012, de autoria do deputado Neodi Saretta.

Comunicamos que serão deferidos os Requerimentos n.s: 0775/2012, 0780/2012 e 0781/2012, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0778/2012, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0779/2012, de autoria da deputada Luciane Carminatti.

Requerimentos n.s 0782/2012 e 0783/2012, de autoria da deputada Angela Albino, que solicitam o envio de mensagem ao prefeito de Florianópolis, pedindo a manifestação pela elaboração e execução de projetos de modernização do Portal Turístico do Município de Florianópolis, bem como pelas obras necessárias para a revitalização da rua Luiz Boiteux Piazza.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem os queiram discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que os aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovados.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, quero somente registrar que o juiz eleitoral de Videira, Rafael Milanesi Spillere, determinou que os eleitores do município de Iomerê que se alistaram ou transferiram seus títulos no período de 1º de janeiro a 9 de maio de 2012 deverão comparecer ao posto de atendimento entre os dias 13 a 19 de agosto de 2012, de segunda a sexta-feira, das 11 às 17h, e aos sábados e domingos das 10h às 12h e das 13h às 17h, para comprovação do domicílio eleitoral, mediante apresentação de pelo menos um dos seguintes documentos: faturas de energia elétrica, água, telefone e internet, nota fiscal de produtor rural, entre outros documentos.

Então, queria somente fazer esse registro e dizer que é simples a justificativa. Nesse período quase 600 eleitores foram alistados e transferidos de outros municípios para Iomerê. Hoje praticamente há mais - e isso até foi noticiado hoje de manhã - eleitores do que habitantes no município de Iomerê.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Volnei Morastoni.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Quero comunicar aos srs. deputados que amanhã haverá uma reunião na Câmara de Vereadores de Canoinhas, às 15h, do Fórum de Cirurgias Eletivas desta Casa.

Então, gostaria de deixar um convite aos srs. deputados para participarem dessa importante reunião em que se fará um balanço para a região e o estado sobre as cirurgias eletivas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra o deputado Neodi Saretta, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, por diversas vezes estivemos nesta tribuna manifestando-nos sobre a apreensível situação que vivem os suinocultores catarinenses, que estão amargando um grande prejuízo na sua produção, muitos encerrando a sua produção. E apelávamos por medidas do governo federal e ações do governo do estado que pudessem garantir a permanência dos suinocultores nas suas atividades.

Embora a situação seja ainda preocupante, esperamos mais ações nesse sentido.

Um conjunto de medidas foi tomado. E, mais importante ainda, estamos verificando que nessas últimas três semanas o próprio preço do suíno teve uma reagida extremamente positiva, de R\$ 0,40 no quilo, o que permite ter a perspectiva de que o produtor agora poderá ter um ganho na sua propriedade.

Quando estava no auge dessa crise, inclusive uma das reivindicações dos produtores era a de que houvesse um subsídio de R\$ 0,40. Essa reação do mercado, o preço base da carne *in natura*, que teve reajustamento, permite-nos dizer que há uma perspectiva da continuidade da suinocultura catarinense.

É bem verdade que as dificuldades vêm se somando ao longo dos anos, especialmente aos chamados produtores independentes, já que nessa área de produção de suínos poderíamos dividir os produtores em dois grandes grupos. O grupo dos integrados às agroindústrias que recebe um preço fixado pela agroindústria, recebe assistência, matéria-prima e depois deduz quando faz a venda. E os chamados independentes, que não são vinculados a uma agroindústria, mas atuam de forma independente. E é justamente o grupo independente que mais tem sofrido nos últimos tempos. Essa reação do preço do produto tem sido importante, porque em alguns casos já os independentes estão conseguindo inclusive o valor de R\$ 2,50.

Então, nós que estivemos nesta tribuna por diversas vezes trazendo esse anseio dos produtores, essa preocupação, cobrando medidas, não poderíamos deixar de fazer essas colocações no sentido do alento que está ganhando a classe produtora na perspectiva de retomar um pouco pelos menos as despesas de produção, tendo aí uma pequena margem de lucro para poder continuar sustentando as famílias, tendo o ganho econômico necessário também.

Reafirmamos que a situação do suinocultor ainda é gravíssima. Ainda há o problema do abastecimento do milho, que é uma preocupação que estamos levantando com frequência, principalmente para os produtores não integrados, já que os integrados as agroindústrias têm conseguido garantir essa produção. Nós tivemos o alerta, dias atrás, da situação que poderia se agravar muito mais, da dificuldade da chegada do milho para alguns produtores.

Então, ainda temos uma série de questões e preocupações em relação à suinocultura catarinense. Mas não poderíamos deixar de registrar esses reajustes, essa reação que está tendo a carne suína. Inclusive, quero registrar a importância da divulgação para que a carne suína seja consumida. Hoje ela está entre as mais nutritivas, ou seja, já se quebrou uma série de tabus que havia.

Sr. presidente, aproveitando o tempo, falou-se aqui na questão do Paulo Stuart Wright, e acho importante isso, porque essa celeuma já havia sido levantada anteriormente.

Eu gostaria de lembrar que quando tive a oportunidade de presidir esta Casa, abrimos um cofre que estava há dezenas de anos fechado, que continham documentos da cassação do mandato de Paulo Wright. Criamos aqui na entrada da Assembléia Legislativa o memorial Paulo Stuart Wright, com esses documentos expostos. Esse memorial, vamos dizer assim, entre aspas, desapareceu. Então, se fosse falar em cassação, não seria a segunda, seria a terceira, porque ali também houve. Mas acho que não é nesses termos. E

não vamos usar isso, porque esta Assembleia tem a obrigação, inclusive, de se redimir de um erro histórico cometido anos atrás, quando da cassação do mandato de Paulo Stuart Wright.

Seria importante que a Mesa e a Casa verificassem esse memorial que foi criado. Inclusive havia uma resolução, uma determinação que criamos, quando presidente desta Casa, para que se resgatasse isso, que esse memorial fosse reativado, com essa documentação.

Deputado Volnei Morastoni, sei que não há intenção de, em relação a isso, se promover, como se usou termos acho que exagerados, uma nova cassação. Mas é inegável que Paulo Stuart Wright, que foi injustiçado, vamos dizer assim, porque toda vez que se faz alguma ação importante não tem conseguido se manter. Então, parece que alguma coisa ainda o persegue na história.

Mas vou ouvir o deputado Volnei Morastoni.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - Meu caro companheiro, deputado Neodi Saretta, é uma grande oportunidade que temos. Hoje esta Casa renova uma oportunidade ímpar para todos nós desta Casa. Mas também conclamo o governo do estado para que possamos encontrar uma forma de reconhecer a importância que teve o deputado Paulo Stuart Wright e homenageá-lo com destaque. Não é destaque por destaque, mas com o reconhecimento devido pela história, pelo legado que ele nos deixou.

Apresentei um projeto, aprovado por esta Casa, que dispõe sobre o memorial dos desaparecidos políticos de Santa Catarina, mas foi vetado pelo governo do estado. Esse memorial que seria uma forma de resgatarmos não só Paulo Stuart Wright como também outros desaparecidos políticos do nosso estado.

Infelizmente foi vetada essa proposta do memorial. E agora fico surpreso também por causa desse outro veto que, parece, está a caminho, mas por uma interpretação equivocada, porque na verdade, como acompanhei isso desde o começo e durante um bom tempo, procedi a várias conversações e negociações entre as partes todas.

Ninguém mais do que eu reconhece que temos que preservar essa memória. Então, longe de poder parecer, transparecer qualquer cassação. Jamais! Pelo contrário, vamos aproveitar este momento, então, para dar a Paulo Stuart Wright o destaque e o reconhecimento que ele merece.

A Sra. Deputada Angela Albino - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Pois não!

A Sra. Deputada Angela Albino - Deputado, comprometo-me, como a sua fala já se vai concluindo, que serão apenas 30 segundos.

Apenas para não dar uma impressão equivocada a quem ouve e depois para os registros da Casa, de fato o deputado Volnei Morastoni nos procurou, e eu consultei quem me pediu o projeto. Consultei Derlei De Luca e Marcelo Pomar, da Comissão da Verdade, e o acordo não foi construído. Eles não aceitaram que se trocasse. Vamos mudar o nome da rua, daquela via...

Outro memorial é muito bem-vindo, mas são coisas distintas, e a Comissão da Verdade não aceitou essa troca.

Muito obrigada!

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Muito obrigado, deputada Angela Albino.

Quero dizer que também não tenho explicação do porquê de o memorial Paulo Wright ter desaparecido.

Gostaria que depois a Casa nos desse um posicionamento. Houve, inclusive, em uma oportunidade a presença do Jaime Wright, houve um evento, uma solenidade, e o memorial que estava ali na frente, pois até havia uma sala especial para isso, acabou desaparecendo.

Acho que esta Casa não pode cometer os mesmos erros do passado. Temos que corrigir os erros do passado e não ficar repetindo-os no presente.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, sr. deputado.

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Nilson Gonçalves, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

Antes, porém, queremos anunciar a presença no plenário do nosso sempre deputado Ivan Ranzolin, que nos visita com muita saudade.

Sinta-se à vontade nesta Casa, pois v.exa. tem um pedaço da sua vida nesta Casa Legislativa. Parabéns!

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, srs. deputados, falar nesta tribuna quando o deputado Ivan Ranzolin se encontra por perto a responsabilidade aumenta, até porque foi meu professor em matéria de atividade pública por muitos anos. Nem deputado eu era ainda, muito menos vereador, no município de Joinville. Depois, fui vereador por duas vezes. E o deputado Ivan Ranzolin já mandava para a minha casa o cartãozinho de parabéns pelo meu aniversário. Também eu recebia costumeiramente um relato das suas atividades. Nem havia entrado na vida pública ainda, fui vereador pela primeira vez em Joinville em 1992. Então dá para se ter uma idéia do tempo em que o nosso querido amigo Ivan Ranzolin está na vida pública. Um grande abraço a ele.

Não poderia, sr. presidente, deixar também hoje de prestar uma homenagem a mais uma joinvillense que orgulha todos nós, uma professora, sra. Valkiria Grun Karnopp, de 41 anos, da Escola Municipal Governador Pedro Ivo Campos, de Joinville, que ensina a mais de 70 alunos. Professora que se classificou entre 2.500 outros do Brasil que participaram do Prêmio Victor Civita Educador Nota 10. E ela é uma das 11 professoras nota 10 no país e irá participar da final que acontece no mês de outubro.

O tema que ela utilizou para concorrer foi muito interessante. Desenvolveu um projeto, entre fevereiro e abril, tendo como tema a nossa própria cidade: Joinville e a Matemática. E para desenvolver esse seu trabalho levou uma bicicleta para dentro da sala de aula, pois falava de círculos, circunferências, raios, tudo a ver com a Matemática, abordando o tema relacionado à própria

bicicleta. Algo muito interessante. Depois, passou a estudar os polígonos que poderiam ser encontrados nas casas em enxaimel da nossa cidade de Joinville.

Somos conhecidos também como "Cidade das Flores". Então, ela entrou na questão das dobraduras de flores, onde estudaram os ângulos. Uma maneira assim muito interessante em que ela juntou as tradições da nossa própria Joinville e transformou em ensinamento da Matemática. E terminou com isso se classificando para o Prêmio Professor Nota 10 no Brasil, ficando entre as 11 escolhidas, num total de 2.500.

Não poderia deixar de parabenizar a professora Valkiria Grun Karnopp, registrando nesta Casa e também solicitando, através de nosso gabinete, que lhe sejam enviados votos de congratulação pelo seu feito. Um exemplo não somente para os seus 70 alunos, mas para toda Joinville e Santa Catarina, de uma pessoa dedicada e criativa. Isso que é importante.

Era isso que queria deixar registrado no dia de hoje, sr. presidente.

Também aproveito o espaço para comentar aqui o edital de duplicação da avenida Santos Dumont, em Joinville, que vai ser lançado na próxima segunda-feira. O custo da obra será cerca de 60 milhões, e estamos aguardando isso faz bastante tempo. Cada vez que o governador vai lá cobramos dele não só a duplicação da Santos Dumont, mas a duplicação também da dona Francisca.

Estamos aguardando, já foi licitado, já tem a empresa que vai fazer a obra, mas ainda não começaram a roncar as máquinas na estrada do rio do Morro, aquela que dá acesso ao município de Araquari pelo bairro do Panaguá, que chamamos lá de bairro de Paranaguamirim.

Foi aprovado na Casa ontem R\$ 3 bilhões de empréstimo para o estado de Santa Catarina. Claro que não vêm de uma vez só. Esse valor será parcelado em vários anos, mas estamos envidando esforços no sentido de incluir também o asfaltamento de acesso ao município de Balneário Barra do Sul até a BR-101 por Itapocu. Esse é um

anseio não apenas meu, mas de toda a região, de toda a comunidade do município do Balneário de Barra do Sul, pois praticamente só tem área de lazer no município de Joinville.

São de 90% a 95% de pessoas que frequentam o Balneário de Barra do Sul e que precisam ter alternativa de acesso àquele município que não seja a BR-280, aliás, a partir do ano que vem estará literalmente congestionada e complicada.

Se cumprirem todas as promessas, provavelmente teremos o roncar das máquinas a partir de janeiro, fevereiro, do ano que vem, pelo menos é o que se tem falado. E a partir do momento em que começar isso, teremos mais problemas do que temos agora, por conta dessa duplicação. E nada mais justo, nada mais correto do que termos uma alternativa não só à praia de Barra do Sul, como até para acesso à própria São Francisco do Sul, até a praia do Ervino, até a praia da Enseada, até a praia do Forte, até a praia do Capri, todas que hoje possuem um único acesso pela BR-280.

É isso que queria deixar registrado, sr. presidente.

Obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, encerramos a presente sessão, convocando outra, ordinária, para o dia 4 de setembro, às 10h, conforme calendário especial.

Está encerrada a sessão.